

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 14/04/2015 - Edição 1254

Vigilante baleado sai da UTI e deve passar por 2 cirurgias em Cuiabá

Vigilante de 29 anos está internado desde sexta (10) após ser baleado. Polícia Civil de Cuiabá investiga caso como tentativa de latrocínio



Vigilante foi baleado na cabeça em assalto na capital. (Foto: Reprodução/TVCA)

O vigilante Wagner Santos, de 29 anos, baleado na cabeça após um assalto na última sexta-feira (10), saiu da Unidade Terapia Intensiva (UTI) do hospital particular onde está internado, em Cuiabá. Ele e outros três vigilantes trabalham para uma empresa de segurança e faziam a remoção de malotes de dinheiro em uma lotérica, no Bairro Morada do Ouro. Dois assaltantes surpreenderam os vigilantes e houve tiroteio, onde Wagner foi baleado. Os ladrões fugiram com uma arma que pertencia ao trabalhador.

De acordo com os familiares do vigilante, Wagner foi transferido nesta segunda-feira (13) para a enfermaria do hospital. Ele foi atingido por um tiro na testa, que perfurou a cabeça. “Ele já passou por uma cirurgia e deve passar por mais

duas para reconstituição do osso da face. Ele está consciente e falando”, disse o irmão do vigilante, Wellison Santos.

Inicialmente Wagner estava internado no Pronto-Socorro Municipal de Cuiabá (PSMC). No entanto, foi transferido para o hospital particular entre sábado (11) e domingo (12). Os familiares do vigilante denunciam que o carro usado na remoção dos malotes era de passeio. Isso, segundo o Sindicato dos Transportadores de Valores é ilegal, já que deveria ser um carro-forte, blindado. O presidente do sindicato, Aurivan Alencar, informou que vai formalizar a denúncia na Polícia Federal até esta terça-feira (14).

O caso é investigado pela Delegacia Especializada de Roubos

e Furtos (Derf) de Cuiabá como tentativa de latrocínio. O delegado responsável, Ferdinando Frederico Murta, já ouviu o depoimento do vigilante que está internado e também ouviu os proprietários da empresa de segurança.

A polícia já identificou os outros vigilantes e testemunhas que viram a situação. As imagens de segurança da região também vão ser analisadas. Em nota, a empresa responsável pelo serviço disse que o valor não seria transportado no carro de passeio. Segundo a empresa, o veículo seria para antecipar a chegada do carro forte que faria a coleta do malote da lotérica. E que, no momento do assalto, eles estariam apenas aguardando a chegada do carro forte.

Fonte: G1

PL 4.330 será debatido em comissão temática do Senado

Comissão temática será criada no Senado Federal para discutir amplamente o projeto de lei 4330, que legaliza a subcontratação ilimitada e irrestrita da mão de obra em todos os setores de produção e serviço, precarizando o trabalho. O objetivo da comissão é discutir amplamente o projeto, antes que ele siga para a apreciação do plenário da Casa. A abertura da comissão temática foi garantida em audiência pública interativa para debater os nefastos efeitos do PL 4330, realizada na Comissão de Direitos Humanos do Senado, nesta segunda-feira (13). A convocação do encontro foi feita pelo senador Paulo Paim (PT-RS), após a polêmica aprovação do texto-base do PL na Câmara dos Deputados no dia 7, quando houve proibição de acesso de sindicalistas à Casa e violência da polícia contra militantes sindicais.

A CUT e outras centrais sindicais, trabalhadores de diversas categorias, representante do Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos – Dieese, juristas e procuradores participaram da audiência pública que comprovou os danos imensuráveis e irreparáveis do PL 4330, o PL da escravidão. A sociedade civil também se manifestou pela internet ou por telefone. Foram registradas pela TV Senado 624 manifestações. Apenas uma delas era favorável ao projeto de lei de autoria do ex-deputado e empresário goiano Sandro Mabel (PMDB).

De acordo com o presidente do Tribunal Superior do Trabalho – TST, ministro Antônio José Barros, “não dá para pensar em lucro e produtividade retirando direito do trabalhador”. Ele lembra que o Judiciário, ainda

que precariamente, já indicou a regulação da terceirização pela Súmula 331 do Supremo Tribunal Federal – STF, e que o TST vai se apoiar no instrumento para defender a classe trabalhadora. “Enquanto a Súmula 331 estiver em vigor, ela será aplicada. Prometemos cumprir a Constituição, a legislação promulgada no Congresso. Queira Deus que ela olhe para o trabalhador”, discursou o presidente do TST durante audiência pública desta segunda.

O procurador do Ministério Público do Trabalho, Helder Amorim, lembrou que “a terceirização (iniciada pelos EUA nos anos 90) foi o instrumento de revolução dos patrões”. Diante do fato histórico, ele avalia que o PL 4330 aprofunda as intenções do lucro pelo lucro. Para o procurador, o projeto dispensa a organização sindical propositalmente; torna ineficaz o direito a férias (devido à alta rotatividade da mão de obra) e o direito de greve; precariza em todos os aspectos as relações de trabalho. “O PL 4330 remete o trabalhador ao mercado de serviços e contrata o processo de trabalho pelo menor preço, levando em consideração apenas a lógica de mercado”, afirma.

A juíza Lilian Arruda Marques, secretária geral da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho – Anamatra, também foi categoria ao repudiar o projeto de lei da escravidão. “O PL 4330 não traz nenhum ponto de avanço ao marco regulatório que é a Súmula 331 (do STF)”, disse. Ela ainda lembra que desde a fundação da Organização Internacional do Trabalho – OIT, em 1919, o Brasil integra a organização,

que preza prioritariamente pela desassociação de trabalho à mercadoria, o que vai na contramão do que versa o PL 4330.

Os representantes de centrais sindicais também tiveram voz. Para a secretária nacional de Relações do Trabalho da CUT, Graça Costa, “além de não resolver o problema dos quase 13 milhões de terceirizados, o PL 4330 ainda permite que os outros 34 milhões de trabalhadores fiquem sujeitos à subcontratação e à precarização”. A sindicalista avaliou ainda que mesmo com a legislação existente sobre os direitos do trabalho, há várias fraudes por parte dos patrões. “O PL 4330 não melhora isso, mas legaliza essas fraudes”, diz.

Tramitação no Senado

O texto-base do projeto de lei 4330 foi aprovado no último dia 7 pelo plenário da Câmara dos Deputados, por 324 votos favoráveis a 137 contrários. No Senado, o PL 4330 poderá ser apensado ao PLS 087/10, que tem o mesmo teor do projeto da Câmara. O texto passará ainda pelas comissões de Constituição e Justiça e na de Assuntos Sociais, antes de ir ao plenário do Senado. O senador Paulo Paim apresentou requerimento para que o PL passasse também pelo crivo das comissões de Assuntos Econômicos e a de Direitos Humanos. Os requerimentos poderão ser apreciados nesta semana.

Nesta terça-feira (14), a Câmara dos Deputados votará os destaques (emendas) ao texto do PL 4.330. Somente após essa votação, o projeto seguirá ao Senado.

Fonte: CUT Brasília

CUT reforça dia de paralisação nacional contra PL 4330 nesta quarta

As principais centrais sindicais do país (CUT, CTB, NCST, Intersindical e Conlutas) e movimentos populares do campo e da cidade, entre eles MST, MTST, CMP e UNE, realizam nesta quarta-feira (15) um Dia Nacional de Paralisação contra o PL 4330/04.

As paralisações ocorrerão em todas as categorias cujos sindicatos são filiados as cinco centrais sindicais. Pode ser atraso na entrada de meia ou uma hora com realização de assembleia na porta do local de trabalho - fábrica, portos, banco ou comércio e serviços - pode ser paralisação de duas horas, quatro, enfim, é dia de luta e cada categoria decide como deve participar.

O presidente da CUT, Vagner Freitas, afirma que toda forma de manifestação é válida. Segundo ele, a classe trabalhadora organizada e combativa está lutando contra o PL 4330 porque ao invés de regulamentar os já terceirizados, melhorando as condições de trabalho e renda, o projeto visa, na verdade, dar segurança jurídica para os empresários precarizarem as condições de trabalho de todos/as os/as brasileiros/as.

“O que eles querem é terceirizar

todas as atividades das empresas única e exclusivamente para aumentar os lucros das empresas”.

O texto-base do PL, aprovado pela Câmara dos Deputados no último dia 8, depois que o presidente da Casa, Eduardo Cunha, colocou o projeto para aprovação urgente, urgentíssimo, legaliza a terceirização em todos os postos de trabalho da cadeia produtiva. Atualmente, a terceirização só é permitida nas atividades meio das empresas, como faxina, portaria e segurança.

Nesta terça (14), a Câmara dá continuidade à votação, analisando e votando as emendas. O projeto ainda tem de passar pelo Senado.

Dos 28 partidos com representação na Câmara, só o PT e o PSOL votaram integralmente contra o projeto - apenas um deputado do PCdoB votou a favor.

ATOS JÁ MARCADOS

Em SÃO PAULO, serão realizados vários atos contra o PL 4330, como atraso na entrada de fábricas, paralisações de algumas horas em outros setores, fechamento de rodovias etc.

O primeiro ato que vai reunir diversas categorias, como

bancários, metalúrgicos, químicos, petroleiros e o pessoal do setor de serviços e comércio entre outros no mesmo local, será às 15h, em frente a FIESP, na Av. Paulista, 1313.

Depois, os militantes e trabalhadores seguirão para o Largo da Batata, onde às 17h participam do ato “Contra a Direita Por Mais Direitos”, com dezenas de outros movimentos populares do campo e da cidade.

No CEARÁ, o ato será a partir das 8h, na Praça do Carmo / Tel.: 85- 3464.7377

Em BRASÍLIA, - às 16h, tem uma concentração em frente à sede da CUT, que fica na SDS - Ed. Venâncio V - subsolo - lojas 14 - Bloco R, Asa Sul, Tel.: 61- 3251.9373// Depois, militantes seguem em caminhada até a rodoviária.

No RIO DE JANEIRO, às 16h, começa a concentração na Candelária. Depois militantes e trabalhadores seguem em caminhada até a Firjan / Tel.: 21- 2196.6700 / 6706 /

Em CURITIBA, o ato começa à partir das 11h30, na Praça Santos Andrade// tel.: 41- 3232.4649 / 3232.0272



No PIAUÍ, o ato começa às 10h, na Praça Rio Branco

Em PORTO ALEGRE, durante a parte da manhã, os sindicatos realizarão atividades com suas categorias. Às 12h, os militantes e trabalhadores se concentram em frente à Federação do Comércio, na Av. Alberto Bins, 665. Depois, seguirão caminhando até a Assembleia Legislativa. Tel.: 51-3224.2125

POR QUE SOMOS CONTRA A AMPLIAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO

Os empresários desrespeitam os direitos dos 12,7 milhões de assalariados terceirizados (26,8% do mercado formal de trabalho) brasileiros.

1. Eles fecham empresas e não pagam verbas rescisórias aos trabalhadores;

2. Submetem os trabalhadores a jornadas mais longas do que as dos contratados diretamente - os terceirizados trabalham 3 horas a mais por semana, sem contar horas extras ou banco de horas realizadas;

3. Os terceirizados ganham 24,7% a menos do que os trabalhadores contratados diretamente pelas empresas;

4. Os trabalhadores terceirizados permanecem 2,7 anos nos empregos, enquanto os diretos ficam até 5,8 anos

na mesma empresa. Isso ocorre porque a taxa de rotatividade entre os terceirizados é maior - 64,4% contra 33% dos diretamente contratados.

5. Eles mentem quando dizem que do PL 4330 vai garantir a geração de mais empregos. A terceirização impede a geração de novas vagas - se a jornada dos trabalhadores em setores tipicamente terceirizados fosse igual à jornada de trabalho daqueles contratados diretamente, seriam criadas 882.959 vagas de trabalho a mais.

Apesar de ter ocorrido uma alta geral da rotatividade - outro fenômeno abusivo do mercado de trabalho nacional - a taxa teve um aumento de 19,5 pontos percentuais entre os terceiros, quando observamos o estudo realizado em 2010.

A alta rotatividade tem uma série de consequências para o trabalhador, que alterna períodos de trabalho e períodos de desemprego, resultando na falta de condições para organizar e planejar sua vida, inclusive para projetos pessoais como formação profissional. Tem, também, um rebatimento sobre o FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador), uma vez que essa alta rotatividade pressiona para cima os custos com o seguro desemprego.

6. Não é verdade que a

terceirização gera emprego. Esses empregos teriam que existir para a produção e realização dos serviços necessários à grande empresa. A empresa terceira gera trabalho precário e, pior, com jornadas maiores e ritmo de trabalho exaustivo, acaba, na verdade, por reduzir o número de postos de trabalho.

Portanto, lutar pela regulamentação da terceirização pela via da igualdade de direitos é exatamente buscar garantir qualidade de vida aos que hoje são vítimas desta prática no mercado de trabalho.

7. Não é verdade que o interesse dos empresários é a especialização, melhorar a competitividade etc. O único interesse é aumentar os lucros. E a própria CNI confirma isso em pesquisa - a principal motivação para 91% das empresas terceirizarem parte de seus processos é a redução de custo e apenas 2%, a especialização técnica.

Isso só pode ocorrer se os trabalhadores perderem direitos, tiverem menos remuneração e condições de saúde e segurança dos trabalhadores.

Para mais detalhes sobre os prejuízos dos trabalhadores com a terceirização, veja aqui o dossiê feito pela CUT.

Fonte: Marize Muniz - CUT



VIGILANTE PISO NACIONAL 3 MIL REAIS



CONFEDERAÇÃO, FEDERAÇÕES E SINDICATOS DE VIGILANTES



CUT
BRASIL

Quadrilha presa por 'saidinha de banco' escolhia vítimas nos caixas

Segundo a polícia, criminosos cometeram um crime por dia em um ano. Oito suspeitos foram detidos em Ermelino Matarazzo, na Zona Leste de SP

A quadrilha especializada em "saidinha de banco" que foi presa nesta segunda-feira (13), em São Paulo, escolhia as vítimas nos caixas eletrônicos, informou a Polícia Civil ao SPTV. Oito suspeitos de roubar clientes de bancos foram detidos em casas em Ermelino Matarazzo, na Zona Leste.

A investigação começou em janeiro. Os funcionários de um banco perceberam que um jovem passou muito tempo lá dentro, perto dos caixas, e chamaram a polícia. Ele não tinha nenhuma conta para pagar e nenhum cartão bancário. Além disso, usava o telefone celular, comportamento típico de quem está de olho em quem vai sacar dinheiro.

Segundo a polícia, Thiago Martins era quem ia às agências para procurar vítimas. Nem uma idosa, que sacou o dinheiro da aposentadoria, foi poupada pela quadrilha. Escutas autorizadas pela Justiça captaram o diálogo dos ladrões. "Você viu, né? 'Tá' doente, né, 'mano'", disse um deles. O outro, então, respondeu: "Então 'vamo' vê. 'Vamo pegá'. Olha na bolsa que deve estar na bolsa. Certeza, né?"

Em janeiro, um casal que entrou no caixa eletrônico para sacar dinheiro foi escolhido pelos bandidos. As escutas registraram a conversa entre os integrantes do grupo. "O cara de amarelo vai sair, ele e uma 'mina' aqui, ó", disse um dos suspeitos. Seu



Casal foi escolhido no caixa e roubado perto de casa (Foto: Reprodução/TV Globo)

comparsa, então, responde: "Tô aqui na frente da esquina".

O casal saiu do banco e foi cercado na porta de casa. Durante o assalto, os celulares dos criminosos ficaram ligados. "Volta lá, volta lá. Dá o dinheiro, cadê o dinheiro", gritaram os assaltantes.

A vítima foi um construtor que não quis ter o nome divulgado. Ele tinha sacado dinheiro para pagar os empregados e não percebeu que era seguido. "Eles chegaram e me abordaram com revólver 38 e falaram: 'Não reage senão eu atiro'." Os assaltantes levaram também R\$ 500 que estavam em sua carteira.

O revólver usado naquele roubo foi encontrado nesta segunda com um dos integrantes da quadrilha. A polícia fez buscas em nove

endereços e prendeu outros sete suspeitos, todos vizinhos. Carros, motos, capacetes e muitos celulares viraram provas dos crimes. Para a polícia, tudo isso era usado nos roubos. Os presos vão responder por roubo e associação criminosa.

Segundo a polícia, havia mais de um ano, a quadrilha fazia pelo menos um roubo por dia. O delegado Paulo Henrique Navarro Barbosa disse que os criminosos são perigosos. "Estão lidando com aquela pessoa que está sacando dinheiro, às vezes um dinheiro suado, batalhado pela vítima, e normalmente existe o confronto entre vítima e o ladrão. Na maioria das vezes, quem está sendo assalto acaba sofrendo uma violência física."

Fonte: G1

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Beine

Projeto gráfico: Anibal Bispo

Diagramação: Joanna Alves



site: www.cntv.org.br

email: cntv@terra.com.br

Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, Lojas 09-11

CEP: 73300-000 Brasília-DF